

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 30 questões objetivas, numeradas de 1 a 30. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **A B C D** ;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 2hs (duas horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. **CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;**
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Segundo o Art. 5º, inc. XI da Constituição Federal de 1988, “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. O cumprimento de ordem judicial de busca e apreensão domiciliar:

A) Deverá ser realizada enquanto houver luz solar durante o dia, ou seja, entre o nascer e o pôr do sol, sendo ilegal aquela realizada após as 5h, mas ainda sem iluminação solar.

B) Somente poderá ocorrer se houver autorização do proprietário do imóvel e/ou de seu ocupante.

C) A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os mandados de busca e apreensão podem ser cumpridos em residências a partir das 5h, mesmo que, no momento da diligência policial, ainda não haja luz solar.

D) Após as 21h é vedado o ingresso ao domicílio sem autorização do morador, mesmo em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro, devendo a autoridade policial aguardar o horário previsto em lei.

2. Considerando as seguintes assertivas:

I - A Constituição Federal de 1988 prevê que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II - Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

III – A Constituição Federal prevê os requisitos para o reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo sexo, devendo o relacionamento ser contínuo, durar no mínimo 03 anos e que os companheiros vivam sob o mesmo teto;

IV – Consta das Disposições Constitucionais Gerais que “A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.”

É possível **AFIRMAR** que:

A) somente II é verdadeiro.

B) II e IV são verdadeiros.

C) I, II e III são falsas.

D) I é falso e III é verdadeiro.

3. Assinale a alternativa VERDADEIRA:

A) Conforme a Constituição Federal de 1988, a prisão civil por inadimplemento de obrigação alimentícia terá prazo máximo de 90 dias.

B) É vedada a participação de instituições privadas de saúde junto ao sistema único de saúde, mesmo de forma complementar.

C) Os imóveis públicos podem ser adquiridos por usucapião.

D) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

DIREITO ADMINISTRATIVO

4. Sobre a Administração Pública assinale a alternativa INCORRETA:

A) O ato administrativo discricionário precisa de fundamentação (motivação) para ser válido perante o direito brasileiro atual.

B) É possível a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor com outro cargo público de médico.

C) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

D) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

5. No âmbito da Administração Pública, determinado agente público praticou ato administrativo discricionário dentro de sua competência legal, observando a finalidade, a forma e os demais requisitos exigidos pela legislação. Posteriormente, a autoridade competente verificou que o ato, embora legal, deixou de ser conveniente e oportuno para o interesse público. Nessa situação, considerando o regime jurídico dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que:

A) O ato deverá ser necessariamente anulado, pois a Administração não pode manter ato que deixou de ser conveniente.

B) O ato somente poderá ser revogado pelo Poder Judiciário, mediante provocação do Ministério Público.

C) O ato poderá ser revogado pela própria Administração, por razões de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

D) O ato deverá ser anulado, pois a perda de conveniência e oportunidade caracteriza ilegalidade superveniente.

6. Um servidor público, no exercício de suas funções, conduzia veículo oficial quando, por imprudência, colidiu com o automóvel de um particular, causando-lhe danos materiais. Considerando as disposições constitucionais acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

A) O Estado não possui responsabilidade pelo dano, pois a conduta do servidor foi praticada com imprudência, caracterizando culpa exclusiva do agente público.

B) O particular deverá necessariamente comprovar a existência de dolo do servidor para obter indenização do Estado.

C) A responsabilidade civil do Estado, nesse caso, é objetiva, sendo suficiente a demonstração da conduta estatal, do dano e do nexo causal, sem prejuízo do direito de regresso contra o servidor nos casos de dolo ou culpa.

D) A responsabilidade do Estado é sempre subjetiva quando o dano decorrer de ato praticado por servidor público.

DIREITO CIVIL

7. Dona Francisca, de 72 anos, procurou a Defensoria Pública relatando que não possui renda suficiente para custear suas necessidades básicas. Ela possui dois filhos adultos, ambos maiores e capazes. Um deles possui emprego formal e renda elevada; o outro está desempregado e não possui condições financeiras de contribuir naquele momento.

Considerando exclusivamente as regras do Código Civil sobre obrigação alimentar, é CORRETO afirmar que:

A) Apenas os filhos homens podem ser obrigados a prestar alimentos aos pais, desde que possuam renda.

B) Dona Francisca deverá necessariamente exigir alimentos apenas do filho que possui maior renda, sendo vedada a participação do outro filho.

C) Os filhos jamais podem ser obrigados a prestar alimentos aos pais, pois a obrigação alimentar existe somente dos pais em relação aos filhos menores.

D) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, podendo Dona Francisca pleitear alimentos de seus filhos, observadas as necessidades dela e os recursos dos obrigados.

8. Carlos procurou a Defensoria Pública para regularizar a propriedade de um imóvel que ocupa atualmente. Ele informou que adquiriu a posse do imóvel há quatro anos, após recebê-lo de sua mãe, que havia exercido a posse do mesmo imóvel por oito anos. A mãe, por sua vez, havia recebido a posse de seu antigo proprietário e sempre exerceu a posse de maneira contínua e pacífica.

Carlos afirma que, desde que passou a ocupar o imóvel, não houve qualquer oposição à posse.

Considerando as regras do Código Civil sobre a possibilidade de acrescentar a posse dos antecessores para fins de contagem do prazo da usucapião, assinale a alternativa CORRETA:

A) Carlos jamais poderá acrescentar o período de posse de sua mãe, pois cada possuidor deve necessariamente cumprir sozinho todo o prazo exigido para a usucapião.

B) Carlos poderá acrescentar a posse de sua mãe somente se ela já fosse proprietária registrada do imóvel.

C) Carlos poderá acrescentar à sua posse a de seus antecessores para fins de contagem do prazo, desde que as posses sejam contínuas e pacíficas e, nas hipóteses do art. 1.242, também estejam presentes justo título e boa-fé.

D) Carlos poderá somar os períodos de posse independentemente de serem contínuos ou pacíficos, pois o art. 1.243 permite a soma de qualquer posse exercida anteriormente sobre o imóvel.

9. Marcos é pai de Júlia, de 10 anos. Após o término do relacionamento com a mãe da criança, Júlia permaneceu morando com a mãe.

Nos últimos meses, Marcos passou a utilizar de forma reiterada os recursos financeiros pertencentes à filha para pagar dívidas pessoais. Além disso, passou a descumprir de maneira frequente os deveres relacionados ao exercício do poder familiar e adotou comportamentos que

colocaram em risco a segurança e o patrimônio da criança.

A mãe de Júlia procura a Defensoria Pública e pergunta se o comportamento de Marcos pode justificar alguma medida judicial relacionada ao poder familiar.

Considerando exclusivamente as regras do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

A) O comportamento de Marcos provoca automaticamente a perda definitiva do poder familiar, independentemente de qualquer atuação judicial.

B) A utilização indevida dos bens da filha e o abuso de autoridade podem justificar a adoção de medidas judiciais destinadas à proteção da criança e de seus bens, inclusive a suspensão do poder familiar, conforme as circunstâncias.

C) Os pais possuem liberdade absoluta para administrar os bens dos filhos menores, não podendo o Poder Judiciário interferir nessa administração.

D) A suspensão do poder familiar somente pode ocorrer quando o pai ou a mãe praticar crime contra o próprio filho, não sendo suficiente o descumprimento dos deveres parentais ou a utilização indevida dos bens da criança.

10. Beatriz teve reconhecida judicialmente a tomada de decisão apoiada, tendo escolhido seu irmão Paulo e sua amiga Carla como apoiadores. O acordo estabelece os limites do apoio e as obrigações assumidas pelos apoiadores.

Posteriormente, Beatriz celebra um contrato dentro dos limites estabelecidos no acordo de tomada de decisão apoiada. A empresa contratante afirma que o negócio não poderia produzir efeitos porque Beatriz possui apoiadores e, portanto, não poderia praticar sozinho atos da vida civil.

Considerando as regras do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

A) O negócio não produzirá efeitos porque todos os atos praticados pela pessoa apoiada dependem da assinatura dos apoiadores.

B) A existência da tomada de decisão apoiada retira da pessoa apoiada a possibilidade de praticar pessoalmente atos da vida civil.

C) A decisão tomada pela pessoa apoiada possui validade e produz efeitos perante terceiros, desde que esteja dentro dos limites do apoio estabelecido.

D) A pessoa apoiada somente poderá celebrar negócios jurídicos mediante autorização judicial prévia, independentemente do conteúdo do negócio.

11. Luciana procurou a Defensoria Pública depois de sofrer um acidente de trânsito causado por Marcelo. Marcelo dirigia em velocidade excessiva e perdeu o controle do veículo, atingindo a motocicleta de Luciana.

Durante a apuração dos fatos, entretanto, verificou-se que Luciana também contribuiu para o acidente: ela conduzia a motocicleta acima da velocidade permitida para o local, circunstância que aumentou a gravidade da colisão.

Luciana pretende receber indenização integral pelos danos sofridos.

Considerando as regras do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

A) A indenização deverá considerar a contribuição culposa de Luciana para o acidente, levando-se em conta a gravidade de sua culpa em comparação com a culpa de Marcelo.

B) A culpa de Luciana elimina automaticamente seu direito à indenização, independentemente da gravidade da conduta de Marcelo.

C) Como Marcelo também contribuiu para o acidente, Luciana terá necessariamente direito à reparação integral, sendo irrelevante sua própria conduta, considerando sua maior vulnerabilidade.

D) A existência de culpa de Luciana faz com que Marcelo deixe de responder pelo acidente, pois quem contribui culposamente para o dano assume integralmente suas consequências.

12. Carlos procurou a Defensoria Pública relatando que sua filha sofreu uma grave

emergência médica e precisava de tratamento imediato. Sem outras alternativas naquele momento, Carlos procurou um conhecido que se dispôs a emprestar-lhe R\$ 20.000,00. Sabendo da situação de urgência e da necessidade de Carlos de obter o dinheiro imediatamente, o conhecido condicionou o empréstimo à devolução de R\$ 80.000,00 em seis meses.

Carlos assinou o contrato porque precisava do dinheiro para o tratamento da filha e, posteriormente, procurou a Defensoria Pública para questionar o negócio.

Considerando exclusivamente as regras do Código Civil fornecidas, assinale a alternativa CORRETA:

A) O negócio é necessariamente válido porque Carlos manifestou sua vontade de forma expressa e assinou o contrato.

B) O negócio pode caracterizar estado de perigo, pois Carlos, diante da necessidade de salvar pessoa de sua família de grave dano conhecido pela outra parte, assumiu obrigação excessivamente onerosa.

C) A situação somente poderia caracterizar estado de perigo se Carlos estivesse buscando preservar exclusivamente a própria vida, não sendo considerada a necessidade de salvar pessoa de sua família.

D) A existência de uma situação de urgência torna automaticamente nulo qualquer negócio celebrado durante esse período, independentemente das condições estabelecidas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13. Sobre a capacidade processual, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.

B) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade e ao réu preso

revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

C) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.

D) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

14. Sobre a gratuidade judiciária, assinale a alternativa CORRETA:

A) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado apenas na petição inicial, na contestação.

B) A pessoa natural ou jurídica, desde que brasileira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, tem direito à gratuidade da justiça.

C) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

D) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

15. A respeito da intervenção de terceiros, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, mas não no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

B) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.

C) É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam.

D) É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

16. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, EXCETO:

A) Em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.

B) Interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

C) De que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.

D) Quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

17. No que concerne ao instituto da tutela de urgência, assinale a alternativa CORRETA:

A) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

B) A tutela de urgência pode ser concedida apenas após justificação prévia.

C) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão a fim de salvaguardar a eficácia de direitos fundamentais.

D) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto ou sequestro, sendo inadequado o emprego de arrolamento de bens e registro de protesto contra alienação de bem.

18. No âmbito do processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

São cabíveis os seguintes recursos, entre outros:

A) Recurso ordinário.

B) Recurso especial.

C) Recurso extraordinário.

D) Recurso em sentido estrito.

DIREITO PENAL

19. De acordo com o Código Penal, considera-se doloso o crime quando o agente:

- A) Produz o resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- B) Quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- C) Não desejou o resultado e não poderia prevê-lo.
- D) Pratica o fato em razão de erro inevitável.

20. João, com intenção de matar Pedro, efetua um disparo contra ele. O tiro atinge Pedro, mas ele é rapidamente socorrido e sobrevive.

Considerando apenas essas informações, João poderá responder por:

- A) Homicídio culposo.
- B) Lesão corporal culposa.
- C) Homicídio tentado.
- D) Homicídio consumado.

21. Maria é injustamente atacada por uma pessoa que tenta agredi-la com uma faca. Para impedir o ataque, Maria utiliza moderadamente os meios necessários para se defender.

Nesse caso, em princípio, Maria atua:

- A) Em estado de necessidade.
- B) Em legítima defesa.
- C) Em exercício arbitrário das próprias razões.
- D) Mediante erro de proibição.

22. Carlos entra em uma loja e, sem que ninguém perceba, pega um telefone celular pertencente ao estabelecimento e sai do local com o objeto.

Considerando que Carlos não empregou violência nem grave ameaça, sua conduta caracteriza, em princípio:

- A) Roubo.
- B) Furto.
- C) Apropriação indébita.
- D) Estelionato.

23. Durante a condução de um veículo, determinado motorista, por imprudência, causa um resultado criminoso que não desejava produzir.

Considerando a distinção básica entre dolo e culpa, é CORRETO afirmar que:

- A) A imprudência é uma das modalidades pelas quais pode se manifestar a culpa.
- B) Todo crime praticado com imprudência é necessariamente doloso.
- C) Somente existe crime culposos quando o agente deseja o resultado.
- D) Dolo e culpa possuem exatamente o mesmo significado jurídico.

24. De acordo com o Código Penal brasileiro, considera-se crime doloso quando o agente:

- A) Pratica uma conduta sem intenção, por negligência.
- B) Age por imprudência, sem prever o resultado.
- C) Quer o resultado ou assume o risco de produzi-lo.
- D) Provoca um resultado exclusivamente por imperícia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

25. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Só é possível a execução penal de sentença condenatória transitada em julgado.
- B) A Guia de Recolhimento é uma das peças indispensáveis do processo de execução e

somente será expedida após a prisão do condenado no regime fechado ou semiaberto.

C) O juízo da Execução Penal não poderá aplicar lei mais benéfica no curso do cumprimento da pena, pois implicará ofensa à coisa julgada.

D) Adotamos o sistema progressivo de cumprimento de pena. Assim, o condenado, a depender de sua conduta carcerária, poderá mudar de regime de cumprimento de pena após cumprir o lapso temporal exigido na lei, de maneira que, ao atingir a sua liberdade plena, esteja reintegrado e ressocializado.

26. Cabe *habeas corpus* quando alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Com relação a este instrumento jurídico, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Poderá ser impetrado *habeas corpus* contra decisão que recebe denúncia sem justa causa, ainda que o imputado se encontre no gozo da sua liberdade de locomoção.

B) Cabe ao juiz das garantias julgar o *habeas corpus* impetrado antes do oferecimento da denúncia.

C) O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, salvo pelo Ministério Público.

D) Se a autoridade policial determinar a instauração de inquérito policial em crime de ação penal de iniciativa privada sem a manifestação de interesse do ofendido, é cabível impetrar *habeas corpus* contra este ato.

27. Segundo o Código de Processo Penal, compete ao juiz das garantias:

A) Velar pela observância dos direitos do preso, desde que a ordem de prisão seja proferida no curso da ação penal.

B) Ser comunicado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.

C) Decidir sobre *habeas corpus* impetrado depois do oferecimento da denúncia.

D) Decidir acerca do requerimento de medidas cautelares, salvo prisão.

28. Assinale a alternativa CORRETA sobre o acordo de não persecução penal:

A) Pode ser proposto mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.

B) A autoridade judiciária pode propô-lo.

C) Indispensável a confissão do investigado.

D) Cabe nos crimes de violência doméstica.

29. Nos termos da Lei de Execução Penal (Lei n 7.210/1984), a saída temporária será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação do comportamento adequado, cumprimento mínimo de 1/6 da pena, se o condenado for primário,

A) e 2/3, se reincidente.

B) e 1/3, se reincidente sendo o benefício vedado a condenado reincidente.

C) e 1/4, se reincidente.

D) sendo o benefício vedado a condenado reincidente.

30. Qual dos itens abaixo não caracteriza o inquérito policial no direito processual penal brasileiro?

A) Publicidade.

B) Dispensabilidade.

C) Indisponibilidade.

D) Oficialidade.